

RECURSOS HÍDRICOS: A GESTÃO PARTICIPATIVA NO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (CEIVAP)

Camila Riquete Coelho¹

Roberta Fernanda da Paz de Souza Paiva²

Wellington Kiffer de Freitas³

Eixo Temático: Recursos Naturais

Forma de Apresentação: Resultado de Pesquisa

Resumo

Pretendeu-se neste trabalho discutir a atuação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) como espaço de discussão e integração de múltiplos saberes e a consideração, nos processos decisórios, das diferentes dimensões de valor do recurso hídrico. Para tanto, foram analisados documentos e atas das reuniões plenárias do Comitê para o Biênio 2013/2015. Percebeu-se que são realizadas reuniões periódicas, entretanto, alguns segmentos e estados participam pouco das reuniões, o que reduz o ganho de se adotar a gestão participativa.

Palavras Chave: gestão participativa; recursos hídricos; comitês de bacias

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos ocorreram importantes avanços na gestão dos recursos hídricos no Brasil, entre eles a adoção de uma legislação integrada e descentralizada, promovendo processos de negociação entre os diversos agentes públicos, usuários e sociedade civil (JACOBI; BARBI, 2007). Neste contexto, os Comitês de Bacias Hidrográficas têm tido papel fundamental, integrando representantes do governo, usuários e sociedade civil (MARTINS, 2015).

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) atua em uma das regiões hidrográficas com maior pressão sobre o recurso hídrico. Com uma área de aproximadamente 62.074km², a bacia do Paraíba do Sul abrange 184 municípios, sendo 88 em Minas Gerais, 57 no Rio de Janeiro e 39 em São Paulo (ANA, 2015).

Pretendeu-se neste trabalho discutir a atuação do CEIVAP como espaço de discussão e integração de múltiplos saberes e a consideração, nos processos decisórios, das diferentes dimensões de valor do recurso hídrico, tomando-se por base a evolução das ações do Comitê.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Tecnologia Ambiental - Universidade Federal Fluminense, campus Vila Santa Cecília, Volta Redonda-RJ; camilariquete@hotmail.com

² Docente D. Sc. do Programa de Pós Graduação em Tecnologia Ambiental - Universidade Federal Fluminense, campus Vila Santa Cecília, Volta Redonda-RJ; robertapaz2003@yahoo.com.br

³ Docente D. Sc. do Programa de Pós Graduação em Tecnologia Ambiental - Universidade Federal Fluminense, campus Vila Santa Cecília, Volta Redonda-RJ; wkifferpgtauff@gmail.com



14º Congresso Nacional de

MEIO AMBIENTE **POÇOS DE ÁGUAS**
TERMAIS E MINERAIS

Poços de Caldas
26 a 29 SET 2017
www.meioambientepoços.com.br
2º Simposio de Águas Termais,
Minerais e Naturais de Poços de Caldas

METODOLOGIA

Foi feito levantamento bibliográfico, além da leitura, tabulação e análise das atas de reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias do CEIVAP. Para a análise do percentual de presença foram analisadas as atas do Biênio 2013/2015. As atas das reuniões do comitê foram obtidas junto ao site do CEIVAP (<http://www.ceivap.org.br/>).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O CEIVAP é constituído por 60 membros: 3 da União e 19 de cada estado (SP, RJ e MG) da bacia do Paraíba do Sul; composto por 40% de representantes dos usuários de água (companhias de abastecimento, indústrias, hidrelétricas, setores agrícola, de pesca etc); 35% do poder público (União, governos estaduais e prefeituras) e 25% de organizações civis (ONG's, instituições de pesquisa, associações profissionais etc) (CEIVAP, 2016).

As reuniões da plenária ocorrem periodicamente e são divididas entre ordinárias e extraordinárias. No período de 21 de julho de 2000 a 24 de março de 2015 ocorreram 69 reuniões, verificando-se maior número de reuniões no ano de 2007. A análise das atas das reuniões da plenária do CEIVAP para o Biênio 2013/2015 permitiu que se avaliasse a participação de cada segmento nas reuniões.

Na comparação da frequência dos 3 segmentos representativos nas reuniões plenárias do CEIVAP no biênio considerado, os usuários destacam-se com frequência média de 70,1%, enquanto para o poder público e sociedade civil as frequências médias foram de 59,2% e 58,6%, respectivamente.

Comparando-se os 3 estados, verificou-se que o RJ é o que tem maior participação de seus membros nas reuniões, com destaque à Sociedade Civil (89,6%) e aos Usuários (72,9%). O poder público, mesmo com presença inferior ao dos segmentos citados (72,6%), ainda apresentou frequência maior que MG e SP.

Na comparação da frequência entre os 3 segmentos de MG, verificou-se que os usuários do recurso foram os que mais compareceram às reuniões, com 79,2% de presença, o poder público obteve 60,7% de presença e a sociedade civil 39,6%. Ou seja, dentre todos os representantes do estado de MG no Comitê, os usuários destacam-se como o segmento mais participativo.

Para SP a frequência de todos os segmentos ficou abaixo de 60%, ficando o poder público com o pior resultado (44,4%). Assim como em MG, os usuários obtiveram a maior presença para o estado de SP (58,3%) e a sociedade civil obteve 46,7% de presença.

Flores e Misoczky (2008) também destacaram a participação dos usuários no Comitê Lago Guaíba, enfatizando que, como os usuários têm relação direta com o uso do recurso hídrico e são mais afetados pelas suas condições, sentem-se mais estimulados a participar do processo. Esse é um problema já que as partes só se sentiriam estimuladas caso houvesse associação direta com o uso do recurso, o que não contribuiria para a busca de soluções que envolvessem aspectos adicionais que não apenas o valor atribuído ao uso do recurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização dos mecanismos de gestão dos recursos hídricos tende a incluir nos processos decisórios espaço para a discussão participativa, tornando a gestão mais eficiente, equitativa e descentralizada.

A pouca participação de alguns segmentos compromete a representação de todos os interesses, assim como a equidade e qualidade da resposta pública às demandas sociais. A diversidade na representação deve contribuir para a discussão dos diversos interesses, tendo cada grupo a oportunidade de expor ideias, críticas, conhecimentos etc.

O envolvimento de todos os setores é fundamental para que a gestão dos recursos hídricos possa ser feita de maneira democrática e participativa, levando em consideração as necessidades e saberes de todos os grupos envolvidos.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Ministério do Meio Ambiente. Conjuntura 2014 avalia situação da água e da crise hídrica no Brasil. **Balanço das Águas**, Brasília, v. 4, n. 1, p.4-5, 2015. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/Publicacoes.aspx>>. Acesso em: 09 maio 2016.
- COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (CEIVAP). **Apresentação**. 2016. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/apresentacao.php>>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- FLORES, Rafael Kruter; MISOCZKY, Maria Ceci. Participação no gerenciamento de bacia hidrográfica: o caso do Comitê Lago Guaíba. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p.109-131, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n1/a06v42n1.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- JACOBI, Pedro Roberto; BARBI, Fabiana. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p.237-244, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a12v10n2.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.
- MARTINS, Rodrigo Constante. Fronteiras entre Desigualdade e Diferença na Governança das Águas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 1, p.221-238, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n1/pt_1414-753X-asoc-18-01-00211.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.